

nomeada no cargo em comissão de serviço, conforme o despacho conjunto n.º 636/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de Agosto de 2002;

Considerando que a licenciada Maria Eugénia de Almeida Santos tem demonstrado reunir as necessárias condições para o exercício do referido cargo;

Atendendo a que foi dado cumprimento ao disposto no artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Determina-se:

1 — É renovada a comissão de serviço, por via da qual vem exercendo o cargo de directora-geral das Autarquias Locais, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugada com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 154/98, de 6 de Junho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Junho de 2005.

29 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

### Nota curricular

Maria Eugénia Santos, directora-geral das Autarquias Locais, licenciada em Direito.

Experiência profissional:

- a) De 19 de Setembro de 1988 a 16 de Março de 1989, exerceu funções como substituta do delegado do Ministério Público no Tribunal Judicial de Armamar, do Círculo Judicial de Lamego, junto do procurador da República daquele Círculo Judicial;
- b) De 28 de Março de 1989 a 12 de Fevereiro de 1991, exerceu funções correspondentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe, área de direito, em regime de contrato, na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT);
- c) Em 13 de Fevereiro de 1991, celebrou com a CCRLVT contrato administrativo de provimento para frequência de estágio, tendo sido nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, em 1 de Maio de 1992, e, em 10 de Agosto de 1995, na categoria de técnico superior de 1.ª classe;
- d) Por despacho de 8 de Agosto de 1995 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foi nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico do quadro privativo da CCRLVT;
- e) Por despacho de 23 de Abril de 1996 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foi nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Direcção-Geral da Administração Autárquica;
- f) Por despacho de 7 de Julho de 1998 do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, foi nomeada, em comissão de serviço, no cargo de subdirector-geral das Autarquias Locais e renovada por despacho de 30 de Março de 2001 do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. No período entre 17 de Abril e 15 de Agosto de 2000, exerceu as funções correspondentes ao cargo de director-geral, por motivo de doença do respectivo titular;
- g) Por despacho conjunto de 20 de Novembro de 2001 do Primeiro-Ministro e do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi nomeada directora-geral das Autarquias Locais, em regime de substituição, com efeitos reportados a 22 de Novembro de 2001, cargo que exerceu até ao dia 18 de Dezembro de 2001;
- h) Por despacho conjunto de 1 de Julho de 2002 do Primeiro-Ministro e do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, foi nomeada directora-geral das Autarquias Locais.

Outras actividades:

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2000, de 10 de Agosto, integrou a equipa de missão criada com o objectivo de elaborar o Código de Administração Autárquica, tendo coadjuvado o respectivo presidente, cujo projecto foi apresentado em cerimónia pública no dia 21 de Fevereiro de 2002; Nomeada, por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território de 9 de Setembro de 1998, representante da delegação portuguesa no Comité Restrito de Peritos sobre Cooperação Transfronteiriça do Conselho da Europa;

Participação na publicação *Administração Local Autárquica*, editada pelo MEPAT, em 1999;

Participação, como oradora, no colóquio organizado pelo CEDREL no dia 5 de Novembro de 1999, cuja intervenção

foi subordinada ao tema «Reestruturação das carreiras do pessoal das autarquias»;

Ministrou um curso sobre férias, faltas e licenças, organizado pelo CEDREL, em Fevereiro de 2000;

Participação, como oradora, em representação do Secretário de Estado, no III Seminário para Eleitos Locais da Região Autónoma dos Açores, em 18 de Maio de 2000, cuja intervenção foi «O Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respectivas competências»;

Participação, como oradora, no colóquio organizado pelo CEDREL no dia 17 de Março de 2001, cuja intervenção foi subordinada ao tema «O estatuto remuneratório dos eleitos das freguesias»;

Ministrou o curso «Organização e funcionamento dos serviços municipais. Quadros e carreiras na administração local. Administração indirecta na administração local», nos dias 8 e 9 de Abril de 2002, na Inspeção-Geral da Administração Pública.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**Despacho conjunto n.º 661/2005.** — Considerando a competência e a dedicação demonstradas no desempenho das suas funções pela auditora ambiental do serviço de Auditoria Ambiental do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, determina-se a renovação da comissão de serviço como auditora ambiental da licenciada Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra, nos termos dos artigos 14.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 58/2005 e 19.º, n.ºs 1 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

29 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

### Curriculum vitae

Nome — Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra.

Data de nascimento — 21 de Maio de 1954.

Bilhete de identidade n.º 7551889, de 9 de Junho de 2004.

Número de identificação fiscal 129113468.

### Formação

Licenciada em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 1977.

Outros cursos de formação profissional:

Formação pedagógica de formadores, INA, 1997 (sessenta horas); Avaliação ambiental dos sistemas agrários, DGDR, 1998 (trinta e cinco horas);

Avaliação ambiental estratégica, DGTDU-CEPGA, 1999 (quarenta horas);

Environmental integration — the administrative challenge for all policy sectors, EIPA Maastricht, 1999 (quinze horas);

Avaliação de impactes sócio-económicos, IPAMB-CEPGA, 1999 (quarenta horas);

Curso de renovação do certificado de aptidão pedagógica de formador, IEFP, 2003 (sessenta horas);

Curso de auditor de defesa nacional, Instituto de Defesa Nacional, 2003-2004;

A frequentar o curso de diploma de especialização em políticas do ambiente, INA, Abril-Novembro de 2005.

### Situação actual

Auditora ambiental do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, desde Agosto de 1998.

Acompanha, do ponto de vista das inter-relações com o ambiente, diversos projectos e ou *dossiers*, tais como: CAIA — Comissão de Acompanhamento Ambiental das Infra-Estruturas do Alqueva, desde 1998; representante do MOPTC na Comissão Interministerial das Alterações Climáticas (sector dos transportes); representante do MOPTC junto da equipa de elaboração da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (sector dos transportes); ponto Focal (MOPTC) para a elaboração do PNPOT (Programa Nacional para a Política de Ordenamento do Território); representante do MOPTC na comissão mista de acompanhamento do Plano Sectorial

da Rede Natura 2000; representante do MOPTC na Comissão Nacional da REN. Tem coordenado os trabalhos de acompanhamento dos processos de AIA de vários projectos (REFER, metro de Lisboa, metro do Porto e metro do Mondego).

#### Currículo profissional

- 2001 — renovação da comissão de serviço, em 21 de Agosto, como auditora ambiental do MES, actual MOPTC.
- 1998 — em 20 de Agosto, foi nomeada auditora ambiental na Auditoria Ambiental do MEPAT, actual MOPTC.
- 1997 — em Outubro de 1997, tomou posse como auditora ambiental-adjunta na Auditoria Ambiental do MEPAT.
- 1993-1996 — desenvolveu a sua actividade como responsável dos trabalhos na área do ambiente na EGF-SAGE — Empresa Geral do Fomento Serviços de Apoio, Gestão e de Estudos, S. A. (EIA e PMOT), e igualmente como colaboradora da AGROMERCADOS (empresa em que acompanhou estudos de economia no sector agrícola e desenvolvimento rural e formação profissional nas áreas do ambiente e da agricultura).
- 1989-1992 — técnica da EGF-SAGE, desenvolvendo fundamentalmente trabalhos nos sectores do ambiente e do ordenamento do território.
- 1982-1989 — técnica da Empresa Geral do Fomento, S. A., data a partir da qual ingressou na EGF-SAGE.
- 1979-1981 — técnica do Instituto das Participações do Estado, IPE, iniciando a actividade na área da aquicultura, mais tarde transferindo-se para a empresa, participada pelo IPE, ICTIOGAL — Técnica e Comércio, SARL.
- 1978 — exerceu funções técnicas na Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal (DGOGF), do Ministério de Agricultura e Pescas, na Divisão das Águas Interiores, onde tinha realizado o seu estágio de fim de curso.
- 1976 — leccionou na Escola Secundária de Mafra como professora eventual do 11.º ano, grupo B.

#### Outros

- Responsável pela organização da Jornada de Aquicultura em Setúbal, 1987.
- Organização do Fórum FICAC'93 (Camarões) — CEE — D.G.VIII/CDI, Novembro de 1993.
- Organização do Fórum UE-África Central «MAT-CONSTRUCT'95» (Gabão) — CCE — DGVIII/CDI, Outubro de 1995.
- Organização do Fórum UE-África Ocidental «AGRO-IND'95» (Senegal) — CCE — DGVIII/CDI, Novembro de 1995.
- Organização da reunião anual do Grupo Eurogreen (CEE-Projetoplano) (Lisboa) — Junho de 1996.

#### Docência

- Para além da experiência no ensino liceal entre 1975 e 1976, tem colaborado com equipas de formação profissional, nos módulos de ambiente, em cursos ministrados por diferentes entidades formadoras (CEV — Consultores de Engenharia de Valor) a técnicos do IAPMEI (1994), a agricultores (Cooperativa de Produtores de Batata-Semente, 1995 e 1996), a técnicos do MADRP (Centro de Formação do Gil Vaz, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999) e a técnicos do Tribunal de Contas (auditoria ambiental, 1997 e 1998), cursos para jovens agricultores e cursos de higiene e segurança no trabalho agrícola (Gabiverde, 2000, 2002 e 2003).
- Participou em vários seminários e congressos ligados aos assuntos da sua actividade principal.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

**Despacho n.º 19 261/2005 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 15/89, de 11 de Janeiro (orgânica do STAPE/MAI), designo para me substituir, nas minhas faltas ou impedimentos, o subdirector-geral, Dr. Jorge Manuel Ferreira Miguéis.

18 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *José Andrade Pereira*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Departamento Geral de Administração

#### Despacho (extracto) n.º 19 262/2005 (2.ª série):

Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino, técnica superior de 1.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior — despacho do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de 15 de Julho de 2005 autorizando a licença sem vencimento para o exercício de funções na UNICEF, em Timor-Leste, pelo período de cinco meses, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

#### Despacho (extracto) n.º 19 263/2005 (2.ª série):

Manuel Guilherme Andrade Ferreira de Melo, assistente administrativo especialista do quadro único de vinculação do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado no Consulado-Geral de Portugal em Genebra — despacho ministerial de 27 de Maio de 2005 determinando a aplicação da pena disciplinar de aposentação compulsiva, com efeitos a partir de 10 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

#### Despacho (extracto) n.º 19 264/2005 (2.ª série):

Luís Manuel Pereira, assistente administrativo especialista do quadro único de vinculação do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado no Consulado-Geral de Portugal em Lyon — despacho do secretário-geral de 8 de Agosto de 2005 transferindo-o com a mesma categoria para o Consulado-Geral de Portugal em Bordéus. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

**Despacho n.º 19 265/2005 (2.ª série).** — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria da Conceição Coelho licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau; Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação:

Determino:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, é renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria da Conceição Coelho, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005.

1 de Agosto de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

**Despacho n.º 19 266/2005 (2.ª série).** — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a António José Ferreira de Castro dos Santos Menano licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação:

Determino:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, é renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a